

TRAJANO FILHO, Wilson (org.). 2012. *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos*. Brasília: ABA Publicações. 370 pp.

Sara Santos Morais
IPHAN

Rodrigo Ramassote
PPGAS/ FFLCH/ USP

A introdução de *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos*, assinada por seu organizador, Wilson Trajano Filho, informa que o volume resulta de um seminário homônimo realizado na Universidade de Brasília em 2012. O evento faz parte de um projeto maior, financiado pela Capes/Procad, que viabilizou cinco encontros e três publicações. A variedade de temas explorados por *Travessias antropológicas* consubstancia a crescente ampliação do campo de estudos africanos na antropologia brasileira, impulsionado por fatores institucionais e pela multiplicação de pesquisas alinhadas ao partido teórico e analítico de uma “antropologia da África” *made in Brasil*.

A primeira parte, “Panorâmica continental: a cooperação e a história da África”, estampa dois balanços gerais sobre o estatuto e a imagem da África em contextos internacionais de cooperação para o desenvolvimento e na produção acadêmica e intelectual brasileira. No primeiro capítulo, Diego Ferreira Marques e Marta D. da Rosa Jardim espreitam o campo dos estudos africanos no Brasil pelo ângulo de um relato detalhado, e algo digressivo, de uma “pesquisa experimental que interrogou sobre a formação dos intelectuais que vêm efetivamente pesquisando e ensinando a temática africana” (:36). Os autores sustentam as interfaces do assunto com a mobilização política, a centralidade dos nichos acadêmicos e núcleos de pesquisa historicamente vinculados com a temática, a ênfase em temas relacionados à “história da África” pré-colonial e dos séculos XIX e XX e o predomínio de estudos no contexto da “África lusófona”. Marques e Jardim encerram o texto constatando uma crescente institucionalização dos Estudos Africanos no Brasil.

No capítulo seguinte, Cláudio Furtado retraça o contexto sociopolítico da atuação de instrumentos internacionais prestadores de assistência técnica a países “subdesenvolvidos”, com ênfase na criação da ONU e nos dilemas de sua operação nos continentes africano e asiático. De acordo com o diagnóstico do autor, o modelo adotado pelas Nações Unidas, em que pesem seus méritos, acabou

por provocar distorções e relações de dependência, agravadas pelas dificuldades internas dos países beneficiados. Como alternativa, o autor sugere a formulação e a implementação de um regime de cooperação baseado nos princípios da dádiva, tal como formulada por Marcel Mauss, pelo qual se instituiriam trocas construtivas entre países.

A seção seguinte, “Biografias culturais”, enfoca as imbricações e os efeitos de circuitos transnacionais, núcleos de sociabilidade acadêmica, atividades intelectuais e posições políticas na trajetória de “quatro homens peculiares”. Livio Sansone resgata os anos de formação acadêmica e, com menor ênfase, as atividades profissionais exercidas pelo líder político moçambicano Eduardo Mondlane nos Estados Unidos. Embora relegada por biógrafos e minimizada em parte pelo próprio Mondlane, a estada de onze anos em solo americano (1950 a 1961) teria repercutido em suas práticas e doutrinas políticas. Da leitura da produção acadêmica de Mondlane, Sansone conclui que a formação em ciências sociais influenciá-lo-ia em sua “forma de pensar etnicidade e nação em Moçambique”, bem como em sua “preocupação com o alinhamento dos países africanos com uma das suas superpotências — o que levará estes países a fazerem escolhas em prol de ‘sua’ superpotência mais do que de si próprio” (:104).

O texto de Lorenzo Macagno recupera a colaboração intelectual e os sucessivos desencontros entre Franz Boas e Kamba Simango, moçambicano que frequentou a Universidade de Columbia entre 1919 e 1923. Ambos se dedicam a atividades de pesquisa que resultam em cinco artigos sobre organização social, parentesco, religião, contos e provérbios, bem como na expectativa de um estudo de maior fôlego etnográfico sobre os Mundau. Por força, porém, de compromissos profissionais e pessoais, Simango regressa ao seu país de origem, interrompendo o projeto, que, a despeito da esperança e dos esforços de Boas, jamais será retomado. Macagno sustenta que, em razão de “seu contato com a antropologia — e dos vínculos de sociabilidade com uma série de iminentes personalidades, educadores e ativistas provenientes sobretudo da África ocidental — Kamba Simango desenvolveu uma mescla de ‘orgulho étnico’ particularista e sensibilidade pan-africanista de cunho universalista” (:150).

Antonio Evaldo Almeida Barros analisa o conteúdo do livro de estreia de John Langalibalele Mafukuzela Dube (1871–1946), missionário e intelectual sul-africano, cuja atuação e legado políticos tornaram-se objeto de apropriação e disputa polarizadas entre estudiosos do regime do *apartheid*. Segundo Almeida Barros, *A familiar talk upon my native land and some things found there*, descrição de uma série de costumes, instituições e representações simbólicas dos Zulu, se equilibra entre, de um lado, a propagação da ideia de civilização e progresso, por

meio da constatação da vida de “semibarbarismo” de “seu povo” e da necessidade da disseminação de valores cristãos para corrigir os costumes e, de outro, a apreciação compreensiva e relativizadora desse mesmo repertório sociocultural, ajuizado à luz do contexto local e sob o ponto de vista nativo. Tal tensão discursiva teria vida longa e recorrência nas obras posteriores de Dube, ora alinhando-o à política segregacionista, ora reabilitando-o como agente identificado com as lutas pela liberdade na África do Sul.

No capítulo seguinte, Antonio Motta revisita a célebre Missão Dakar-Djibouti, por meio da leitura de *África fantasma*, de Michel Leiris. Motta se concentra nas páginas da inclassificável obra de Leiris, destacando a costura bem urdida entre os planos do sensível e do inteligível. Extrapolando os objetivos do texto, indagamos se, para além de suas qualidades intrínsecas, o crescente interesse pelo livro não residiria em suas afinidades com a “mistura de gêneros”, para usar uma expressão de Clifford Geertz, que caracterizaria as ciências sociais contemporâneas: uma intensa mixagem responsável pela dissolução de fronteiras entre práticas discursivas, interpenetração de modalidades de trabalho intelectual e realinhamento de áreas disciplinares afins.

De caráter mais heterogêneo e baseado em pesquisas etnográficas, a terceira parte, “África Austral”, reúne quatro ensaios que se unificam pelo nexo espacial. Omar Ribeiro Thomaz discute os sentidos do trabalho migratório de moçambicanos na África do Sul, por meio da transcrição de conversas do autor com velhos mangaíssas (mineiros). Em lugar de relatos dramáticos sobre as condições aviltantes e a espoliação desumana que incide sobre o trabalho temporário nas minas, em compasso com a bibliografia disponível, as narrativas surpreendentemente evocavam, com nostalgia e boas recordações, os “bons tempos” da “juventude vivida entre os anos de 1940, 1950 e 1960 [...] nas minas do rand, na África do Sul” (:222). O sentido positivo conferido a tal experiência deve ser buscado, segundo o autor, na possibilidade de angariar recursos para o pagamento do lobolo, instituição central na reprodução do grupo ao garantir a continuidade da descendência patrilinear.

Com base em uma exposição cronológica pormenorizada da história política da família Kambazembi, uma das sete “autoridades tradicionais” ovahereros reconhecidas atualmente pelo Estado independente da Namíbia, Josué Tomasini Castro descreve as intrincadas estratégias e recursos mobilizados por cinco gerações de postulantes à posição de sênior para legitimar e assegurar sua autoridade. Isso é feito em um contexto histórico de progressiva substituição de princípios e formas tradicionais de autoridade por novas concepções de poder regulamentadas pelo Estado.

O artigo de Laura Moutinho, por sua vez, destrincha os “sentidos de uma moralidade em disputa na relação entre religiosidade cristã e direitos humanos”, reconciliação e justiça, tendo como foco a arena pública de debates na África do Sul, que gira em torno de três instâncias: o Movimento de Regeneração Moral, programa social do Congresso Nacional Africano criado por iniciativa de Nelson Mandela com a missão de combater a escalada de criminalidade no país, que ameaçava a transição democrática; o Partido Africano Democrático Cristão, coligação de oposição que contesta as diretrizes defendidas pelo partido governista e pelas organizações de direitos humanos; e o conteúdo liberal da Constituição promulgada após a extinção do *apartheid*.

Juliana Braz Dias discute questões ligadas ao papel que as artes populares desempenham na vida cotidiana de pessoas comuns, com base na descrição de eventos promovidos por associações de jovens poetas na África do Sul. Como revela a autora, a declamação de poesia em localidades públicas ou estabelecimentos comerciais está estreitamente associada ou fundida com a dança, a música, o teatro. Tal dissolução de fronteiras é relacionada ao tema das categorizações (de hábitos, pessoas, formas de conhecimento), operacionalizadas pelos regimes coloniais e, no caso abordado, pelo *apartheid*. Braz Dias questiona como as experimentações de jovens poetas oriundos da África do Sul contemporânea podem lançar luz sobre os processos sociais em curso no país, desvelando outros sistemas de classificação de pessoas e de práticas artísticas.

Encerrando o volume, a seção “O nexo cabo-verdiano” apresenta dois ensaios que se conectam não apenas pela dimensão geográfica, mas também pela reflexão sobre fluxos, fronteiras e ressignificações diversas gerada por contextos migratórios de intensa circulação de pessoas, objetos e ideias. Focada no fluxo de pessoas e mercadorias entre Cabo Verde e Brasil, Andréa de Souza Lobo investiga as rotas de circulação comercial das *rabidantes* entre a Cidade da Praia e Fortaleza. No incessante vai e vem de abastecimento na capital cearense e revenda de mercadorias para outras regiões de Cabo Verde e países africanos, as mulheres comerciantes tecem relações sociais, padrões de negociação, princípios de valoração, índices de reputação e redes de reciprocidade, em comércio de longa distância. A autora defende que as atividades empreendidas pelas mulheres cabo-verdianas em outros países constituem não só um sistema econômico intrincado e complexo, mas um “elaborado processo de troca de informações entre culturas” (:333).

O capítulo final, de Wilson Trajano Filho, debruça-se sobre os processos de ressignificação das bandeiras empunhadas nos cortejos da *tabanca*, em pesquisa etnográfica conduzida na ilha de Santiago, em Cabo Verde. A *tabanca* se caracteriza pela execução de marchas ritualizadas nas quais irmandades devotas de

santos católicos percorrem um circuito que articula moradores de uma localidade e de áreas circunvizinhas. Durante os cortejos, as bandeiras brancas dos santos padroeiros, enfeitadas com uma cruz e um acrônimo, acotovelam-se com a presença de bandeiras de países diversos, times de futebol e astros do mundo pop. De acordo com Trajano Filho, deslocadas dos contextos institucionais a elas designados, as bandeiras se transmutam em índices que remontam tanto à experiência da diáspora quanto ao “campo difuso em que se misturam o lúdico, o estético e o religioso” (:352).

Se ainda fosse preciso atestar a crescente capilaridade institucional e o adensamento intelectual dos estudos africanos no Brasil, os ensaios que compõem *Travessias antropológicas* poderiam ser tomados como uma via de acesso indicativa da variedade de áreas temáticas, das possibilidades analíticas, das perspectivas teórico-metodológicas, dos modelos interpretativos e das contribuições substantivas ao aprofundamento do conhecimento etnográfico e bibliográfico do continente africano. Sua publicação oferece, portanto, um painel multifacetado dos desafios e das possibilidades de pesquisa àqueles que desejarem embarcar em outras tantas travessias antropológicas rumo ao ainda pouco conhecido, mas já em processo de consolidação, campo da Antropologia da África feita no Brasil.